



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. REMI TRINTA)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Veda a cobrança de emolumentos com base no valor do imóvel, acrescentando artigo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos.

DESPACHO: 15/06/99 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.834, DE 1996)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 30/06/99

REGIME DE TRAMITAÇÃO

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		

DE 1999

1.180

PROJETO DE LEI Nº

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.180, DE 1999
(DO SR. REMI TRINTA)



Veda a cobrança de emolumentos com base no valor do imóvel, acrescentando artigo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.834, DE 1996)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 290A:

“Art. 290 A. É vedada a cobrança de custas ou emolumentos com base no valor do imóvel.”

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É manifesto o abuso que vem sendo perpetrado pelos cartórios ao estabelecer que o valor dos emolumentos, cobrados pelos atos relacionados ao imóvel, sejam devidos em percentual sobre o seu valor.

Não bastasse o alto valor que se paga com o imposto de transmissão (*causa mortis* ou *inter vivos*) e ainda tem-se de pagar as custas ou emolumentos altíssimos, porque baseados em percentual sobre o valor do imóvel.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Tal absurdistade tem de ter um fim.

A nossa proposta, indubitavelmente, faria com que os órgãos judiciários estaduais, que são os que estabelecem as tabelas de custas e emolumentos dos serviços notariais e de registro, viessem a fixar um valor certo para os atos notarias e de registro, mormente com relação à venda ou troca de bens imóveis.

Isto beneficiaria, com toda a certeza, todas as pessoas que viessem a precisar dos serviços notariais nas transações envolvendo imóveis.

Cremos justa a nossa sugestão, e para ela contamos com o apoio dos ilustres congressistas.

Sala das Sessões, em 15 de 06 de 199 .

Deputado Remi Trinta

903849.058doc

Lote: 74 Caixa: 94
PL Nº 1180/1999
3

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	15/06/99 às 16:35 hs
Nome	FP
Ponto	3051

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

DISPÕE SOBRE OS REGISTROS PÚBLICOS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO VI Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 290. Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação, serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).

** Artigo com redação determinada pela Lei nº 6.941, de 14 de setembro de 1981.*

§ 1º O registro e a averbação referentes à aquisição da casa própria, em que seja parte cooperativa habitacional ou entidade assemelhada, serão considerados, para efeito de cálculo de custas e emolumentos, como um ato apenas, não podendo a sua cobrança exceder o limite correspondente a 40% (quarenta por cento) do maior valor-de-referência.

** § 1º com redação determinada pela Lei nº 6.941, de 14 de setembro de 1981.*

§ 2º Nos demais programas de interesse social, executados pelas Companhias de Habitação Popular - COHABs ou entidades assemelhadas, os emolumentos e as custas devidos pelos atos de aquisição de imóveis e pelos de averbação de construção estarão sujeitos às seguintes limitações:

a) imóvel de até 60 m² (sessenta metros quadrados) de área construída: 10% (dez por cento) do maior valor-de-referência;

b) de mais de 60 m² (sessenta metros quadrados) até 70 m² (setenta metros quadrados) de área construída: 15% (quinze por cento) do maior valor-de-referência;

c) de mais de 70 m² (setenta metros quadrados) e até 80 m² (oitenta metros quadrados) de área construída: 20% (vinte por cento) do maior valor-de-referência.

** § 2º com redação determinada pela Lei nº 6.941, de 14 de setembro de 1981.*

§ 3º Os emolumentos devidos pelos atos relativos a financiamento rural serão cobrados de acordo com a legislação federal.

** § 3º com redação determinada pela Lei nº 6.941, de 14 de setembro de 1981.*

Art. 291. A emissão ou averbação da cédula hipotecária, consolidando créditos hipotecários de um só credor, não implica modificação da ordem preferencial



**“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI”**

dessas hipotecas em relação a outras que lhes sejam posteriores e que garantam créditos não incluídos na consolidação.

** Artigo acrescentado pela Lei nº 6.941, de 14 de setembro de 1981.*

.....
.....